



Empregados de bancos públicos e sociedade perdem com privatizações

Papel social da Caixa e BB será extinto se empresas forem vendidas; trabalhadores terão direitos reduzidos e podem até ficar sem emprego

A questão das privatizações ganha destaque nessa reta final da campanha presidencial. Quem trabalha na Caixa ou no Banco do Brasil vem acompanhando, desde o golpe que levou Michel Temer (MDB) ao poder, as tentativas de precarizar, desmontar e vender empresas públicas do País, com reestruturações, cortes de funcionários, fechamento de agências e postos. No começo desse ano veio ainda a edição de novas resoluções do governo federal que atacam os planos de saúde, tornando-os mais caros e restritivos.

Para os empregados da Caixa e Banco do Brasil a privatização significa, portanto, uma ameaça real e imediata caso o projeto de governo eleito não respeite as empresas públicas. “O risco vai desde a perda do emprego até a deterioração das condições de trabalho e retirada de direitos duramente conquistados ao longo de décadas”, alerta o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.

O candidato do PT, Fernando Haddad, já se comprometeu em respeitar as estatais, assinando, no último 7 de outubro, termo de compromisso apresentado pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas (veja no verso). Mas o outro candidato, segundo seu pró-

O BRASIL PRECISA DOS BANCOS PÚBLICOS



A preocupação dos bancos públicos vai muito além da busca exclusiva do lucro, ao contrário dos privados

prio mentor econômico, deverá privatizar tudo o que for possível.

DESENVOLVIMENTO - Para além das questões diretamente relacionadas aos empregados, os bancos públicos são instrumentos fundamentais ao desenvolvimento do País. Por intermédio da Caixa e do Banco do Brasil são promovidos programas sociais que colaboram com a redução da desigualdade e da pobreza, nas áreas

da habitação, educação, agricultura, cultura e muitas outras – dois dos mais conhecidos são o *Bolsa Família* e o *Minha Casa, Minha Vida*.

Grandes obras de infraestrutura também são responsabilidade dos bancos públicos, já que os privados só investem naquelas de rápido retorno e alta lucratividade; ou seja, embora sejam também concessões, não se importam em manter um papel social no País.

Categoria tem longa jornada de lutas para defender bancos públicos

Não é de hoje que as empresas públicas brasileiras são ameaçadas de privatização. Em 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso intensificou um processo de vendas na área financeira, aumentando os receios dos bancários do BB, Banespa e Caixa. Também ocorreram muitas fusões entre bancos, e o resultado foi uma redução drástica no emprego.

Em novembro de 2000, mesmo com uma longa resistência dos banesplanos (desde 1994), o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) acabou sendo vendido ao Santander. A Nossa Caixa Nosso Banco também estava na mira desde a eleição de Mário Covas para o governo de São Paulo, em 1994. O banco estadual acabou sendo incorporado pelo BB no ano de 2008.

Desde o final de 2016, os bancários também travam uma grande disputa em prol das empresas públicas brasileiras. Um grande movimento contra o projeto de lei do Senado 555 (PLS 555, que viria resultar no Estatuto das Estatais) foi organizado por entidades sindicais, classistas e da sociedade civil em torno do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que lançou a

campanha “Se é público, é para todos”. A resistência retirou da lei o teor privatista, mas há pendências questionadas por ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no STF.

Além disso, prosseguem as ameaças de venda de ativos e cortes de direitos aos trabalhadores, que só poderão ser revertidas caso o novo governo tenha compromisso com as empresas públicas.

● Especial Eleições 2018

HADDAD SE COMPROMETE COM A DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Candidato do PT, que disputa o segundo turno da eleição à Presidência, assinou no dia 7 passado termo de compromisso apresentado pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

O candidato do PT à presidência, Fernando Haddad, assinou na manhã do dia 7 de outubro, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo, termo de compromisso com o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. No documento, ele se compromete a “apoiar e defender o fortalecimento das empresas públicas em nome do interesse coletivo e da soberania nacional” caso eleito.

Com o resultado do primeiro turno ao final daquele dia, confirmando a disputa entre Haddad e Jair Bolsonaro (PSL), a questão das privatizações fica evidenciada em dois projetos distintos, já que o candidato do PSL tem como

diretriz a venda de estatais. Embora pouco fale sobre sua plataforma econômica, seu mentor, Paulo Guedes, já deixou claro mais de uma vez que pretende promover a privatização de “todas” as estatais, justificando que essa seria uma forma de reduzir o endividamento público. A entrevista de Guedes foi concedida à Globonews em 24 de agosto passado, e pode ser acessada pelo link <https://glo.bo/2RAoCzh>

“O resultado das urnas também nos mostra que o próximo Congresso será extremamente conservador. Teremos embates árduos para garantir nossos direitos e a manutenção das empresas públicas”, aponta a coordenadora

do Comitê e representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano, ao destacar a importância de Haddad ter firmado o termo de compromisso com o Comitê. “São dois projetos opostos que estão colocados para o País. Além da questão das privatizações e do respeito à soberania nacional é preciso ter em mente a defesa dos direitos humanos e da própria democracia que nos permite dialogar com diferentes atores e, inclusive, ir às urnas. Não podemos, de forma alguma, optar pelo retrocesso”, aponta Rita.

Confira, abaixo, as propostas do candidato Haddad para as empresas públicas brasileiras.

Plano de governo valoriza papel dos bancos públicos

A palavra “privatizações” aparece pouco no plano de governo do candidato Fernando Haddad. E, quando aparece, quase sempre vem precedida do verbo interromper. Já sobre os bancos públicos o projeto aposta no fortalecimento das instituições. Leia alguns dos tópicos destacados:

BANCOS PÚBLICOS

“O aprofundamento da competição bancária deverá ser estimulado pelos bancos públicos e pela difusão de novas instituições de poupança e crédito. Daí porque torna-se fundamental revitalizar os bancos públicos, especialmente **BNDES, BB e CEF**, e os mecanismos de financiamento ao desenvolvimento nacional. O Brasil precisa superar a estrutura oligopolista que controla o sistema financeiro e bancário privado. Tudo isso para a retomada da bancarização, ampliação dos serviços bancários e difusão do crédito aos pequenos negócios e à população de baixa renda (Pg 41 - Nova política macroeconômica e reforma tributária).”

“Será preciso também desenvolver marcos regulatórios e de governança territoriais, que permitam a consideração de recortes territoriais nas políticas macroeconômicas e de financiamento do desenvolvimento por parte do **BNDES, CEF, BB e bancos regionais**, além de ampliar a capacidade dos estados e municípios, constrangidos pela dívida pública, de financiar o seu desenvolvimento e gerar emprego e renda melhor distribuídos no território brasileiro (Pg. 39 - Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial - PDRT)”

“O setor produtivo estatal deverá ser reconfigurado para fortalecer setores industriais estratégicos. Assim como os bancos públicos deverão assumir papel importante no padrão de financiamento da reindustrialização (Pg 43 - Fortalecendo o empreendedorismo)”

“(…) Contribuir para os avanços na formulação e participação no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que possui potencial para ser um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo (Pg. 12 - Integração global, relações com a África e os BRICS).”

“(…) O governo criará o fundo de financiamento da infraestrutura, composto por pequena parcela redirecionada das reservas internacionais, recursos do BNDES e recursos privados. (Pg 44 - Ampliação e requalificação da infraestrutura).”

PRIVATIZAÇÕES

“(…) **Interrompermos as privatizações e a venda do patrimônio público, essencial ao nosso projeto de Nação soberana e indutora do desenvolvimento, e tomaremos iniciativas imediatas para recuperar as riquezas do pré-sal, o sistema de partilha e a capacidade de investimento da Petrobras e demais empresas do Estado** (Pg. 5 - O Brasil precisa de um plano popular de emergência para deter a crise).”

“(…) Investirá no aperfeiçoamento do modelo energético, orientado pelas seguintes diretrizes: (1) a retomada do controle público, interrompendo as privatizações; (2) a diversificação da matriz elétrica, direcionando investimentos para expandir a geração com energias renováveis (solar, eólica e biomassa); (3) tarifas justas; e (4) participação social. A Eletrobras retomará seu papel estratégico no sistema energético brasileiro, contribuindo para a expansão da geração e transmissão de energia no país (Pg. 49 - Sustentabilidade e Soberania Energética).”

“Vamos investir na gestão sustentável dos recursos hídricos, **interrompendo os processos de privatizações, aperfeiçoando o arcabouço legal/institucional do Sistema Nacional em linha com as ações previstas no Projeto Legado da ANA, de modo a promover uma governança efetivamente pública** (Pg. 50 - Promoção do direito humano à água e ao saneamento).”

